

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## REPERCUSSÕES DA PANDEMIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: sinalizando os desafios no contexto pandêmico e pós-pandêmico

## REPERCUSSIONS OF THE PANDEMIC IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE: signaling challenges in the pandemic and post-pandemic context

Carla Rosane Bressan<sup>1</sup>  
Maria Fernanda Schmitt Bunn<sup>2</sup>  
Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt<sup>3</sup>  
Erikssonara Thalessa da C. Martins<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo integra a pesquisa: “*Repercussões da pandemia na infância e adolescência: registros da mídia nacional e internacional*” e tem como finalidade avançar na apreensão dos impactos causados pela pandemia de COVID-19 entre os anos de 2020 a 2022, abordando as dificuldades e desdobramentos ao encaminhar as atenções voltadas às situações envolvendo a atenção às crianças, adolescentes e suas famílias. Para tanto serviram como fonte de análise os dados empíricos as matérias publicadas no primeiro ano da pandemia, três notas técnicas emitidas pela UNICEF/Internacional no período entre 2020 e 2021; e, dois os documentos orientadores elaborados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) nos anos de 2020 e 2022. Evidenciou-se que o isolamento social e a falta de acesso à educação, saúde, alimentação e afins foram determinantes no cotidiano de crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Covid-19, criança, adolescência, pós-pandemia.

### ABSTRACT

The article integrates the research: “pandemic repercussion in childhood and teenage years: registration of national and international media” and has a goal to understand the developments and difficulties around the attention to children and teenagers, focusing on signaling especially the post pandemic context in which we are nowadays. To be able to do so, it was used collected data from the research already claimed, as well as guiding documents, national and international, about the topic. The article also aims to discuss about the topics of class, gender and race. After the general exposition about the theoretical and methodological technique that guided the research, it goes out about the quantitative and qualitative results of the data that was used in this research. In it, was possible to analyze social insulation and a focus on the educational matter, in and out of the pandemic situation, as well as other areas that are directly linked with the lives of children and teenagers, that intertwine directly with their education

**Keywords:** COVID-19, children, teenagers, post pandemic.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Serviço Social; [bressan.carla@ufsc.br](mailto:bressan.carla@ufsc.br);

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda do Programa de Pós-graduação e Serviço Social - PPGSS/UFSC. [nanda-schmitt@hotmail.com](mailto:nanda-schmitt@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda do Programa de Pós-graduação e Serviço Social - PPGSS/UFSC. [ariasaratt@gmail.com](mailto:ariasaratt@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda do Programa de Pós-graduação e Serviço Social - PPGSS/UFSC. [thalessamartins@ufma.br](mailto:thalessamartins@ufma.br)

APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

A partir de 2020, em ocorrência da Pandemia<sup>5</sup>, a humanidade passou por um momento atípico, no qual ainda se tem buscado compreender a totalidade de seus impactos e consequências. Na literatura especializada sobre a temática, evidencia-se que a Pandemia de SARS/COVID-19, para além dos desafios enfrentados pela ciência, expôs e acentuou as fissuras já presentes no atual estágio de desenvolvimento capitalista.

O agravamento das desigualdades e da Questão Social foi notória, principalmente no contexto dos países dependentes, tal como o Brasil. Convivemos com questões complexas, de difícil resposta e muitas vezes submetidos a interesses de uma agenda ultraliberal, propostas fundamentadas em uma perspectiva conservadora que ignora as necessidades da grande maioria da população brasileira e, de maneira especial, das populações vulneráveis, marginalizadas, invisibilizadas e empobrecidas.

Como nos indica Antunes (2020,p.17), o “COVID- 19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça”, ou seja, o processo pandêmico potencializou e expôs ainda mais as questões que já estavam postas no contexto social brasileiro, uma vez que, segundo o referido autor “(...) a confluência entre uma economia destruída, um universo social destroçado e uma crise política inqualificável converte o Brasil em um forte candidato ao abismo humano, em um verdadeiro cemitério coletivo” (p.20). Processo complexificado pela fragilidade do sistema político e pela crescente “desestruturação” das políticas públicas provocado pelo avanço da perspectiva neoliberal, onde o Estado tem como máxima a desregulamentação de direitos sociais historicamente conquistados.

O presente texto, consiste em mais uma sistematização ocorrida no âmbito do projeto de pesquisa denominado “*Repercussões da pandemia na infância e adolescência: registros da mídia nacional e internacional*” em desenvolvimento desde

<sup>5</sup> A pandemia do novo Coronavírus iniciou-se no fim de 2019 na China e no início de 2020 se alastrou pelo mundo, chegando ao Brasil em meados de fevereiro/março. Em virtude desta nova condição de saúde mundial, as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) eram manter o distanciamento físico e o isolamento social, saindo de casa apenas quando necessário.

fevereiro de 2021; e, do subprojeto “*INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E PANDEMIA: os impactos causados pela pandemia de COVID-19 a partir de recortes de classe, gênero e etnia registrados em produções disponíveis online entre os anos de 2020 a 2022*”<sup>6</sup> voltado a sistematizar matérias veiculadas na imprensa digital de âmbito nacional que verssem sobre a Pandemia do Covid-19 e que guardem relação com a área da criança, adolescente e suas famílias, enfatizando os aspectos de raça e etnia, classe e gênero.

Em continuidade ao processo de pesquisa e produção do conhecimento acerca do objeto de estudo, toma-se aqui como referência os dados coletados e sistematizados até o presente momento, avançando na apreensão dos impactos causados pela pandemia de COVID-19 entre os anos de 2020 a 2022, de modo especial as principais dificuldades e/ou impasses registrados ao encaminhar as atenções voltadas às situações que envolviam crianças, adolescentes e suas famílias. Para tanto, foram utilizadas três fontes de informações especificamente delimitadas para o presente texto. A *primeira* consiste nos dados referentes às matérias publicadas no primeiro ano da pandemia (dados do referido relatório). A *segunda*, consiste na apreciação de documentos técnicos dos organismos internacionais vinculados ao campo da infância e adolescência. Aqui foram utilizadas três notas técnicas emitidas pela UNICEF/Internacional no período entre 2020 e 2021 em que sinalizam para questões como a vida das crianças e adolescentes durante e depois da pandemia, a qualidade dos estudos e do atendimento, bem como o acesso à saúde. Será referência: 1) Impact of COVID-19 on child poverty; 2) Children in monetary poor households and COVID-19, ambos de 2020 e 3) Impact of COVID-19 on children living in poverty, de dezembro de 2021.

E, como *terceira* os documentos referenciais produzidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de modo especial o documento “*Recomendações do CONANDA para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19*” emitido em 26 de Março de 2020; como também o documento base/orientador da 12ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CNDCA), convocada pela Resolução Nº227/CONANDA, de 19 de maio

<sup>6</sup> Projeto beneficiado pelo Edital Propesq nº01/2021 do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFSC). Dados referentes ao primeiro ano da pandemia estão sistematizados no *Relatório Final do Projeto PIBIC/CNPq/UFSC/2021\_22* (apresentado em outubro/2022) e compõem artigo que em fase de publicação.

de 2022, que tem como tema: “A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade” publicado em junho de 2022. O *Documento Base* além de situar os eixos temáticos de discussão, registra significativos dados nacionais acerca da violação de direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandêmico indicando ainda os desafios a serem enfrentados no contexto brasileiro.

Assim, o desenvolvimento do presente texto será feito em duas seções: primeiramente, abordar-se-á elementos conceituais acerca do contexto pandêmico, fundamentado na perspectiva de uma “crise sociopolítica-econômica-sanitária” (ANTUNES,2020). Na seção seguinte, será estabelecida uma co-relação entre os dados das pesquisas desenvolvidas pela equipe do NECAD/DSS/UFSC, os indicativos contidos nas notas técnicas indicadas, como também dos documentos orientadores emitidos pelo CONANDA, tendo como finalidade registrar as principais dificuldades e/ou impasses registrados nos contexto pandêmico, envolvendo crianças, adolescentes e suas famílias. Finalizando, registram-se reflexões e considerações acerca das situações que envolvem crianças e adolescentes, tendo como premissa um sistema estruturalmente desigual, sectário, racista que a pandemia tornou mais visível.

## 2 ELEMENTOS CONCEITUAIS ACERCA DO CONTEXTO PANDÊMICO

A Pandemia do Covid-19 trouxe para a superfície desigualdades sociais estruturantes do modo de produção capitalista, da mesma forma que as acentuou. Nas palavras de Santos (2020) apresenta-se a “versão mais antissocial do capitalismo” que desde a década de 1990 vem inviabilizando a efetividade dos direitos sociais. E, ainda “[...] as pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências.” (p.27). Por outro lado, esta se evidencia também como uma estratégia de manutenção do capital por meio de um permanente estado de “crise sócio-político-econômica”, ou seja:

O objectivo da crise permanente é não ser resolvida (...). Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade. Em muitos países, os serviços públicos de saúde estavam mais bem preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que estão hoje. (SANTOS, 2020, p. 6)

### PROMOÇÃO



### APOIO

Nessa mesma perspectiva observa-se que há certo consenso na literatura especializada, segundo Antunes (2020) a crise sanitária “não está desconectada do sistema de metabolismo antissocial vigente, não se tratando, portanto, de um fenômeno exclusivamente *natural*” (p.25). Dessa forma o referido autor propõe a denominação de *capital pandêmico* (p.18) para caracterizar tal contexto histórico imbricado de crise sócio-política-econômica-sanitária. Já Mascaro (2020) considera que o modo de produção capitalista é a crise, pois esta é cíclica e estrutural, o autor também argumenta que no cenário pandêmico não se trata apenas da relação humana com a natureza, mas principalmente das relações sociais de produção.

Como sinaliza Santos (2020, p. 23) “as pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga”. De fato, o vírus em si não discrimina quem é infectado, mas o modelo societário que vivemos determina quais grupos populacionais terão mais índices de mortalidade em decorrência da contaminação por COVID-19, dado suas condições materiais objetivas de vida, ou seja, conforme indica Antunes (2020)

A classe burguesa, incluindo seus séquitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar a quarentena etc.), enquanto na classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver”(p.18).

Para além da perspectiva de classe, vai estar contido também outros elementos estruturantes do modo de vida social, ou seja, as questões raciais e de gênero que compõe as particularidades históricas e individuais da população que por vezes tornam débeis ou ineficazes as políticas sociais que se apresentam como universais, ainda de caráter patriarcal e colonizador inerentes ao capitalismo e ao Estado Burguês. Ou ainda como indica Santos (2020), por outro lado, “os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis perante um surto pandêmico. Os seus corpos estão à partida mais vulnerabilizados pelas condições de vida que lhes são impostas socialmente pela discriminação racial ou sexual a que são sujeitos (p.26).

Por consequência, a falha sistêmica das políticas públicas apresenta, um novo personagem adicionado a um conto antigo, passando a escancarar a seletividade dessas políticas e sua fragilidade, ou seja:

[...], em situações de emergência as políticas de prevenção ou de contenção nunca são de aplicação universal. São, pelo contrário, selectivas. Por vezes, são abertas e intencionalmente adeptas do darwinismo social: propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

necessários para a economia. Outras vezes, limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados. (SANTOS, 2020, p.27)

Diante de tal conjuntura, é inegável que os impactos sociais para populações e grupos sociais historicamente marginalizados é ainda maior. É emblemático, por exemplo, o fato da primeira morte por coronavírus confirmada no Brasil ocorrerá no Rio de Janeiro e será de uma trabalhadora doméstica que foi contaminada pela patroa que havia retornado da Europa.

Esses pressupostos tomam forma concreta quando toma-se como referência contextos sociais extremamente empobrecidos, como por exemplo o brasileiro, onde se observa que a pandemia do COVID-19 abre as portas e escancara a falta de cuidado e importância destinada a este público, em um processo de revitimização fundamentados no “Darwinismo Social” culpabiliza o sujeito, sendo ele responsável por sua queda.

Outro entrave foram as notícias e declarações falsas, a falta de estratégia de enfrentamento das questões que se apresentavam intensificaram a preocupação da população brasileira, tornando o momento ainda mais crítico especialmente para os idosos, as pessoas com comorbidades, mulheres (especialmente mães e cuidadoras), pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, em particular negros/as de famílias periféricas.

Esta população foi a que mais sofreu os impactos da falta de empatia dos governantes e a falta de estratégia de enfrentamento à chegada do coronavírus no país. Foi possível observar os desdobramentos disso em diversas áreas da vida social, no que se refere às crianças e adolescentes as mais diferentes pesquisas mostraram que o campo educacional foi o que teve o maior impacto onde as crianças pararam de frequentar o espaço escolar - local de educação, mas também de socialização, alimentação e atenção a crianças e adolescentes. O dilema da sobrevivência se apresentou de forma brutal, fragilizando lares empobrecidos e exacerbando desigualdades sociais. Nas palavras de Antunes (2020, p.19).

“O exemplo abarca também às crianças pobres em idade escolar: se não vão às escolas públicas por causa da pandemia (o que é justo e necessário para restringir a expansão do coronavírus), não tem como se alimentar. Se vão às escolas correm o risco de se contaminar e transmitir a doença a seus familiares. A classe trabalhadora, então, se encontra sob intenso fogo cruzado. Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para mortalidade e a letalidade.”

PROMOÇÃO



APOIO



Segundo dados oficiais ocorreu aumento significativo do contingente populacional brasileiro em situação de pobreza. Situação que faz aumentar a desigualdade social nos territórios, dificultando e não raro impossibilitando que as pessoas acessem direitos sociais básicos como saúde, moradia, saneamento básico, lazer, transporte público, educação, segurança, os quais sofrem déficit de qualidade quando associado às comunidades periféricas.

### 3 CONTEXTO PANDÊMICO (2020 A 2022): REGISTROS DAS SITUAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DAS ATENÇÕES À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Toma-se como referência as matérias veiculadas na imprensa digital de âmbito nacional sobre a Pandemia do Covid-19 e que foram sistematizadas no âmbito do subprojeto “*INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E PANDEMIA: os impactos causados pela pandemia de COVID-19 a partir de recortes de classe, gênero e etnia registrados em produções disponíveis online entre os anos de 2020 a 2022*”<sup>7</sup>. As referidas reportagens compõem o referencial empírico da presente análise, exibindo o cenário dos primeiros meses da pandemia, registrando de que forma impactou crianças e adolescentes no Brasil, a partir do olhar midiático. E, considerando a necessidade em avançar na apreensão dos impactos causados entre os anos de 2020 a 2022, compreende-se que as notas técnicas UNICEF/Internacional emitidas no período de 2020 e 2021 e os documentos referenciais do CONANDA, produzidos em 2020 e 2022 desvelam objetivamente das principais dificuldades nas atenções voltadas às situações que envolviam crianças, adolescentes e suas famílias.

As reportagens analisadas a partir dos recortes indicados, em sua maioria aborda questões relacionadas à população periférica e o enfrentamento da pandemia. Seguida por reportagens que denunciam o aumento de agressões e violência contra mulheres e meninas, sobretudo no ambiente familiar. E, na sequência abordam a respeito das condições de meninas(os) negras(os), abordados de forma direta, correlacionados diretamente com a situação de população periférica.

<sup>7</sup> Integram a referida base de dados um total de 549 reportagens publicadas entre março e agosto de 2020, localizadas em três sites da imprensa digital e de acesso público: Jornal R7 (415), Brasil de Fato (54) e Estadão (80). A quantificação dos assuntos abordados resultou em 1.444 palavras chave e que foram agrupadas em 30 categorias de análise.

Observou-se que as questões de classe, gênero e etnia estão presentes, mesmo aquelas não abordem de forma direta. Porém é possível identificá-las através de um olhar crítico e problematizador. Por exemplo, quando se fala das desigualdades educacionais e sociais não podemos ignorar que a exclusão social no Brasil tem cor e endereço, no meio urbano a população negra e periférica<sup>8</sup> são os principais alvos. Também é possível observar a transversalidade da questão racial quando, por exemplo, nos deparamos com maiores índices de letalidade por Covid-19 “entre crianças indígenas, o risco é o dobro em relação a outros grupos.” (CONANDA, 2022, p.8)

A questão de gênero se evidencia nas entrelinhas quando se notícia sobre dinâmica doméstica e familiar durante o isolamento social, visto que a função do cuidado é historicamente protagonizada por mulheres, assim como nas reportagens sobre os auxílios assistenciais governamentais eram voltados especialmente para mães chefes de família.

No que se refere aos assuntos propriamente ditos e abordados nas referidas reportagens, foram registradas 1.444 palavras-chave, organizadas em 30 categorias de análise. Dado os limites do presente texto, foi tomado como referência apenas aquelas com a maior incidência e que guardassem relação direta com as questões aqui abordadas. Neste sentido, evidenciou-se que a experiência do isolamento social (9,8%) foi a principal pauta dos noticiários analisados, é consenso que esta situação atípica impactou diretamente na socialização (0,8%) e como sujeitos sociais que somos é compreensível que haja dificuldades, materiais e subjetivas, para lidar com o rompimento dos contatos físicos ou com as barreiras geradas pelos protocolos de prevenção (3,7%), ainda mais para o público infante juvenil (3%).

Um exemplo disso foram os desafios que o isolamento social trouxe para as rotinas de crianças e adolescentes (2,2%) e, conseqüentemente, suas famílias. Nas reportagens observou-se um esforço em se pensar estratégias lúdicas e criativas (3,7%) para os responsáveis fazerem com seus filhos, principalmente levando em conta a saúde física e mental das crianças em isolamento.

<sup>8</sup> Em 2019, cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar encontravam-se fora da escola, sendo a maioria pretas(os), pardas(os) e indígenas, Os dados apontam ainda que, de cada 10 crianças e adolescentes fora da escola, seis viviam em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Uma exclusão que atinge principalmente as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. (Conanda, 2022, p.9).

Às repercussões do isolamento para famílias empobrecidas são complexas, como mostra a nota técnica da UNICEF intitulada “children in monetary poor households and COVID-19”<sup>9</sup>. Esta inicia a discussão considerando a importância de se pensar que as necessidades das crianças são diferentes dos adultos, uma vez que “their needs, expectations and aspirations are different”<sup>10</sup> e, no contexto de provável perda dos empregos de seus pais “[...] is important to measure what happens to children in monetary poor and impoverished families”<sup>11</sup> (UNICEF, 2020b, p.1).

Segundo dados levantados o foco midiático foi especialmente sobre a primeira infância (9,3%), ou seja, os recém-nascidos, bebês e crianças até 6 anos. A primeira infância e mais especificamente questões como as condições de saúde (4,2%) e da Covid-19 (6,3%) principalmente no que se refere à possibilidade das crianças serem transmissoras de Covid-19. Às informações obtidas na imprensa digital dialogam com os dados trazidos pelo CONANDA (2022):

A pandemia da Covid 19 também afetou a primeira infância. Na área da saúde, o levantamento “Impacto da pandemia nos lares brasileiros: Como as famílias estão lidando com a nova realidade”, realizado em outubro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), informa que 29% dos pais adiaram a vacinação dos filhos após o surgimento da pandemia – o que equivale a dizer que uma em cada três famílias não imunizou seus filhos neste período. (p. 11)

Em nota técnica a UNICEF aponta que os efeitos na saúde se materializam na ruptura do sistema de saúde e também demonstra uma preocupação a respeito da vacinação na infância e adolescência, principalmente no que tange o acesso que estes indivíduos teriam à vacina em questão. A questão de gênero também é transversal nesse assunto, visto que se observou um receio de mulheres grávidas e genitoras frequentarem espaços de saúde como postos de vacinação, maternidades e consultas de pré-natal.

O isolamento social também aparece muito ligado à temática da educação (6,4%), visto que a escola é um dos ambientes mais presentes na infância e juventude. A UNICEF também sinaliza que o setor educacional foi um dos principais afetados pela pandemia: “the two dimensions that are affected most rapidly are education and health”<sup>12</sup>

<sup>9</sup> “crianças em lares monetariamente pobres e COVID-19”

<sup>10</sup> “as necessidades deles, expectativas e aspirações são diferentes”

<sup>11</sup> “É importante medir o que acontece com crianças monetariamente pobres e em famílias empobrecidas”

<sup>12</sup> “as duas dimensões que foram afetadas mais rapidamente são educação e a saúde”



(UNICEF, 2020a, p.1). O documento ainda demonstra que o efeito na educação se dá na ocasião do fechamento das escolas.

A nota traz a preocupação com o fato de “most governments have set up distance education to continue children's learning”<sup>13</sup> e que isso afeta o público de maneiras diferentes, considerando o acesso que cada um tem aos meios de informação e educação “if children have none of the ones used in their country, they are excluded of distance learning and could be counted as severely deprived of education”<sup>14</sup> (UNICEF, 2020a, p.1).

Os dados obtidos na pesquisa das mídias vão nessa direção quando observa-se números significativos de reportagens que tratem sobre o desafio do ensino remoto (6%) e a consequentes injustiças sociais que o mesmo acentua, como a insegurança alimentar (1,6%), a vulnerabilidade social (3,2) e a desigualdade (3,4%) que aparecem diretamente ligados ao cancelamento das aulas presenciais (3,8%), principalmente pela falta de merenda escolar (1,2%), a exclusão digital e os impactos disso na preparação para o ENEM (2%). Em relação a isso, o fechamento das escolas evidenciou a desigualdade racial do acesso à educação de qualidade, segundo aos dados presente do documento base da 12º CNDCA “um percentual de 75% de crianças negras e 44% de crianças indígenas de 6 anos realizaram atividades escolares, pelo menos em parte, sendo que entre crianças brancas de 6 anos esse percentual foi de 84%.” (2022, p. 12)

O documento intitulado “Impact of COVID-19 on children living in poverty: A technical note”<sup>15</sup>, publicado pela UNICEF em 2021, foi a versão mais extensa e complexa das notas técnicas emitidas. Nela é realizada a discussão do que a UNICEF considera as seis dimensões de severidade, e novamente a educação e da saúde ganham destaque, seguido pelas questões referentes a moradia, nutrição, saneamento e água. Salientando que vestimenta, informação e lazer deveriam fazer parte da lista, mas que não há dados suficientes para comparação entre os países.

Destaca-se também que além das duas dimensões imediatamente atingidas, a educação e a saúde, após este choque primário, esperam-se mudanças nas outras

<sup>13</sup> “a maioria dos governos organizaram educação a distância para a educação das crianças”

<sup>14</sup> “se crianças não tiverem acesso a nenhum dos meios de informação utilizados em seus países, eles são excluídos do aprendizado a distância e podem ser severamente privados de educação”

<sup>15</sup> “Impacto da COVID-19 em crianças que vivem na pobreza: uma nota técnica”

dimensões que “react more slowly of for which the impact accumulates through time”<sup>16</sup> (UNICEF, 2021, p.2). Nesse sentido, é central que analisemos os desdobramentos que o pós-pandemia já nos permite observar, a fim de que estes sirvam de orientação para se pensar alternativas de efetivação dos direitos das crianças e adolescente, assim como, atuar sobre as mazelas sociais intensificadas pela crise pandêmica.

### 3.2 Impasses e/ou desafios presentes na atenção às crianças, adolescentes e suas famílias

Conforme registrado anteriormente a pandemia do Covid-19 favoreceu o aprofundamento da pobreza e agravamento das violações dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o documento base da 12º CNDCA (2022) também registra que “a pandemia de Covid-19 impactou de forma diferente os grupos de crianças e adolescentes vulneráveis, aprofundando, muitas vezes, as condições já vivenciadas antes da pandemia”(p.13). E, ao considerar o recorte de classe, gênero e etnia, é evidenciado brutal disparidade nas regiões mais pobres e periféricas do Brasil. O documento supracitado aponta às disparidades geográficas e regionais, mostrando índices alarmantes nas zonas rurais e nas regiões Norte e Nordeste do País.

Porém, o impacto da pandemia vai além no âmbito estritamente econômico, repercutindo também sobre aspectos sociais de importante relevância quando trata-se do desenvolvimento físico e psíquico de crianças e adolescentes e sua complexidade.

Situações vivenciadas com o aprofundamento da crise econômica, entre elas a fome, o trabalho infantil e a violência, bem como o uso excessivo de equipamentos eletrônicos neste período, apontam para um olhar mais amplo acerca da saúde mental de crianças e adolescentes através de uma abordagem intersetorial. (CONANDA, 2022, p.9)

Pais, professores e cuidadores relatam uma fragilização acentuada de crianças e adolescentes devido ao período pandêmico em que tiveram de viver sobre restrições e violências as quais presenciaram ou sofreram. Meninas e meninos vivem hoje as sequelas emocionais do isolamento social, e ao regressarem ao ensino presencial algumas apresentam quadros de depressão, ansiedade, comportamento antissocial e agressivo.

<sup>16</sup> “ (...) o impacto se acumulará ao decorrer do tempo.”

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) relata que uma das áreas mais afetadas, sem dúvida, foi a da educação, onde os desafios de aprendizagem ou o distanciamento da escola será sentido por um longo tempo. Novamente os dados mostram essa precarização foi ainda mais acentuada entre crianças negras, pardas e indígenas:

Em novembro de 2020, com a pandemia do Covid-19, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares em todo o Brasil, a maioria pretas, pardas e indígenas. (CONANDA, 2022, p.9)

Observa-se um fenômeno de afastamento e evasão dos estudantes, ligado principalmente ao fato de crianças, adolescentes e suas escolas não possuíam uma estrutura adequada para o ensino à distância, como a falta de acesso à tecnologia e à internet.

A nota técnica da UNICEF de 2021 também enfatiza a questão da falta que a educação faz no cotidiano infanto juvenil, considerando que seria apenas em 2021 que este público voltaria a acessar as escolas, ainda de forma incipiente e gradual, na medida em que as atividades fossem normalizando.

Na educação básica os efeitos do isolamento social foram extremamente nocivos para o desenvolvimento das crianças, no documento base do 12º CNDCA são expostos alguns percentuais nesse sentido:

Segundo Nota Técnica "Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças", da organização Todos Pela Educação, publicada em fevereiro de 2021, 40,8% das crianças entre 6 e 7 anos não foram alfabetizadas, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE). Esse percentual corresponde a cerca de 2,4 milhões de estudantes. (CONANDA, 2022, p.11)

O período de dois anos de isolamento social e às dificuldades do ensino remoto também afetou crianças e adolescentes no que tange a saúde física e mental, sobretudo os mais pobres, muitos desenvolveram ansiedade e traumas ocasionadas pelas violências e "inseguranças" vivenciadas durante a pandemia. Neste sentido, registra-se dados preocupantes sobre as condições de saúde mental dos jovens brasileiros, a "pesquisa realizada pelo Unicef/Gallup (2021) apontou que 22% dos adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos entrevistados citaram sentir-se "deprimido ou com pouco interesse em fazer coisas" (CONANDA, 2022, p.9).

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



Apesar da saúde ser uma das políticas mais necessárias em momento de pandemia a nota técnica da UNICEF (2021) demonstra uma preocupação com a falta de interesse dos países em organizar uma análise da situação socioeconômica da população e os impactos destes nas políticas públicas, assim como com a imunização da população, o atendimento a outras questões de saúde e a falta de capacidade para o atendimento destas (UNICEF, 2021, p. 3).

A respeito das condições de saúde física, o cenário de aumento da insegurança alimentar deve ser destacado. Dada a combinação da restrição social, alto índice de desemprego e inflação alta em decorrência da crise econômica intensificada com a crise sanitária, fizeram com que a alimentação de crianças e adolescentes pobres fosse impactada, tanto na quantidade de refeições como na qualidade dos alimentos consumidos.

Nos domicílios onde algum morador havia perdido o emprego, a insegurança alimentar aumentou 19% no período. Segundo pesquisa da Rede PENSSAN12 de dezembro de 2020, 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar, isto significa um aumento de 54% em relação a 2018. No período, em números absolutos, cerca de 116,8 milhões de brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar e 19 milhões passaram fome. (CONANDA, 2022, p.11)

A fome e a desnutrição é um grande sinalizador do nível de vulnerabilidade social da população, os múltiplos efeitos da pandemia no âmbito socioeconômico também acarretou um aumento nos índices de trabalho infantil juvenil, situação que se arrasta no pós-pandemia e impacta diretamente na evasão escolar. Ao se analisar as informações aqui contidas, percebe-se que discussões como o acesso à educação, saúde, alimentação e afins afeta diariamente a vida de crianças e adolescentes no país e no mundo, mas que com o advento da pandemia do Covid-19, o que já era considerado frágil, se maximiza e toma proporções até então desconhecidas, fragilizando o desenvolvimento digno, saudável e completo das crianças e adolescentes. Onde o grande desafio está em fortalecer e integrar os sistemas de atenção constituídos pelas políticas sociais básicas. Nesse sentido, é central o aperfeiçoamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), a realização de pesquisas que auxiliem a desenvolver diagnósticos sociais e estratégias de enfrentamento das desigualdades, assim como a permanente luta pela efetivação e ampliação de direitos sociais que vão além da subsistência e possibilitem dignidade e emancipação humana para às novas gerações.

## PROMOÇÃO



## APOIO

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações realizadas ofereceram elementos para reconhecer a complexidade do período vivenciado. A restrição social impactou diretamente a vida de crianças e adolescentes alterando questões fundamentais para seu desenvolvimento, como a oferta de educação, convívio social, saúde física e mental, segurança alimentar e lazer. Para tanto “há necessidade de dados e estudos que avaliem esse cenário sob diversos aspectos, entre eles, emocional, econômico e outros.” (CONANDA, 2022, p.8).

Além disso, impõe-se a necessidade de enfrentar, via políticas públicas, a condição de crescente empobrecimento das famílias agudizado durante a pandemia e que até o momento ainda impactam no efetivo acesso às suas necessidades e direitos sociais. Uma vez que, sem condições dignas de subsistência todas às áreas da vida social tendem a não se desenvolver plenamente. Nas palavras de Benventura, “o regresso à «normalidade» não será igualmente fácil para todos.” (SANTOS, 2020, p. 29).

Os estudos confirmam uma maior desigualdade e precarização de crianças e adolescentes negros, pardos e indígenas, revelando a necessidade de consolidarmos os mecanismos institucionais de proteção e defesa dos direitos, fortalecendo o SGD interferindo no quadro de negação e precarização de serviços. Buscando também um olhar mais atento às especificidades das populações historicamente marginalizadas para a construção de políticas de fato universais.

Diante do exposto, fica evidente o destaque da área da educação, sendo uma sinalização importante a ser levada em conta quando se pensa e trabalha com a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. Visando mitigar o trauma coletivo gerado pelo isolamento, é central um olhar ampliado sobre o processo educacional, para além do espaço escolar, pensando também em processos de socialização, lazer, participação e formação social dessas crianças e adolescentes que vem ainda sentindo as repercussões da pandemia em suas vidas.

Por fim, o chamado “novo normal” se apresenta com indicativos de um longo processo de lutas pela efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. Há necessidade de um esforço de toda sociedade e dos mais diversos campos das políticas sociais, visto a amplitude de expressões da Questão Social a serem enfrentadas, que vão desde aspectos palpáveis como condições materiais de subsistência até aspectos como às condições de saúde mental de nossas crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

5º RELATÓRIO NACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL (2001-2010). Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). São Paulo. 2012. Disponível: <http://www.usp.br/imprensa/wp-content/uploads/5%C2%BA-Relat%C3%B3rio-Nacional-sobre-os-Direitos-Humanos-no-Brasil-2001-2010.pdf>

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo Editorial, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. Scielo, São Paulo, v. 38, n. 1, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lang=pt)

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*. “ECA”. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 16 jul. 1990.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos**. In.: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.109, jan/mar.2012. p. 179- 199.

BRESSAN, Carla R. “Políticas de atendimento da área da criança e do adolescente e a significação de sujeito subjacente - uma análise necessária”. In: *Anais do 10 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio de Janeiro. 2001. v. único.

\_\_\_\_\_. Infância e adolescência: entre avanços e retrocessos, um longo caminho para a garantia dos direitos da criança e adolescente. Sistematização da exposição realizada na Sessão Temática do dia 21 de maio de 2016 no 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível: <http://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/df/dfd22d24-8740-42e4-89ef-a1044ffd8ac6.pdf>

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente: uma trajetória de luta e trabalho. In: *MPMG Jurídico*. Ano II, edição especial, out. 2007. Disponível em <<http://www.modusfaciendi.com.br/eca.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

CONANDA. A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade. Disponível em: <[documento-base-12-cndca.pdf](http://documento-base-12-cndca.pdf) ([cmdca.go.gov.br](http://cmdca.go.gov.br))> Acesso em: 13 mai. 2023

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o desafio do trabalho em “rede”**. Publicado em 1º outubro 2011. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1129>.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 7 ed. 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. Boitempo Editorial, 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **Em meio aos ataques do governo Bolsonaro, ECA completa 29 anos**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/07/em-meio-aos-ataques-do-governo-bolsonaro-eca-completa-29-anos/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Boitempo Editorial, 2020.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNICEF. Impact of COVID-19 on children living in poverty: a technical note. USA, 2021.

UNICEF. Technical note: impact of COVID-19 on child poverty. USA, 2020a.

UNICEF. Children in monetary poor households and COVID-19: technical note. USA, 2020b.

### PROMOÇÃO



### APOIO